



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0000671-52.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto**
 Documento de Origem: **IP - 385/2014 - 2º Distrito Policial - Bom Retiro**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Jeferson Baptista do Nascimento**

Aos 05 de maio de 2015, às 15:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. **Luiz Carlos Santos Oliveira**, Promotor de Justiça, bem como do Defensor Público, Dr. Jonas Zoli Segura. Ausente o réu **JEFERSON BAPTISTA DO NASCIMENTO**, apesar de devidamente intimado. O MM. Juiz decretou a revelia do acusado, devendo o processo prosseguir sem a presença do mesmo, nos termos do artigo 367 do CPP. Iniciados os trabalhos foram inquiridas a vítima Poliane Cássia Tito, as testemunhas de acusação Márcio Rogério Leão e Marcelo Fernandes Alves, tudo em termos apartados, declarando o MM. Juiz prejudicado o interrogatório do réu. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: Procede a acusação. Com efeito, os guardas municipais surpreenderam o réu carregando o toldo, fato este ocorrido no dia 16 de dezembro, por volta das 2h20. Posteriormente, a polícia localizou a proprietária, que reconheceu que o toldo foi arrancado da frente do seu estabelecimento comercial. Segundo os guardas municipais, o réu disse ter localizado o toldo em um terreno, mas não indicou o local. Pelo depoimento da vítima, o toldo foi subtraído na madrugada do dia em que o réu foi encontrado carregando este objeto. Como é sabido, quem é encontrado na posse de objeto furtado responde como autor desse delito, havendo a presunção de ter sido o autor do crime, salvo quando apresentar justificativa idônea quanto à forma de aquisição. No caso, o réu foi encontrado na posse de bem furtado, tratando-se de um toldo novo que havia sido subtraído da vítima, razão pela qual deve responder como autor deste delito. A majorante do repouso noturno deve ser reconhecida conquanto tratar-se de estabelecimento comercial. Com efeito, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou sobre este tema, tendo salientado que o fundamento dessa majorante reside na maior vulnerabilidade para as residências, lojas e veículos, sendo irrelevante tratar-se de estabelecimento comercial ou de residência, habitada ou desabitada, bem como o fato de a vítima estar ou não efetivamente repousando(STJ HC 29.153/MS). Assim, mesmo tratando-se de estabelecimento comercial, o réu aproveitou que o horário lhe favorecia, visto que pelo horário vizinhos e pessoas não puderam impedir a sua ação, em face de se tratar de horário de repouso noturno. Isto posto, requeiro a condenação do réu nos termos da denúncia. O acusado é reincidente em crime de furto, já tendo várias condenações (fls. 104). Assim, sendo reincidente específico, incabível se mostra a substituição de pena privativa de liberdade por restritiva de direito, devendo ele iniciar o cumprimento da pena no regime fechado, em face da reincidência. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: O acusado foi denunciado pela suposta prática do crime do artigo 155, § 1º, do CP. É caso de improcedência da ação penal. Em juízo, o acusado fez uso do seu direito ao silêncio, ao não comparecer na presente audiência, fato que não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

pode ser interpretado em seu desfavor. Dessa forma, como é cediço no sistema acusatório, cabia à acusação desonerar-se do seu ônus de prova, demonstrando de forma inequívoca a imputação contida na inicial. O réu, ainda na delegacia de polícia, negou a subtração, afirmando que encontrou a res em um terreno. Aliás, foi justamente essa a versão que apresentou aos guardas municipais logo que apreendido. O fato de estar em posse do objeto subtraído não é suficiente para a inversão do ônus da prova, uma vez que tal instituto é típico no processo civil, não podendo ser aplicado no sistema acusatório. Conforme já destacado, a prova da subtração competia à acusação. Não foi ouvida qualquer testemunha presencial, sendo que o estabelecimento comercial da vítima não tinha sistema de monitoramento. O acusado não foi apreendido com a res logo após a prática delitiva, uma vez que segundo a vítima, o último momento em que viu o toldo foi às 18h30 do dia anterior aos fatos, sendo o acusado apreendido em posse do mesmo por volta das 3 da manhã. Nesse lapso temporal qualquer pessoa poderia ter subtraído a res furtiva e deixado a mesma no terreno baldio, até ser encontrada pelo acusado. Ressalte-se, que no processo penal, o benefício da dúvida somente se aplica em favor do réu, tendo em vista o princípio do “in dubio pro reo”. Assim, não demonstrada a autoria, é caso de absolvição, com fundamento no artigo 386, VII, do CPP. Subsidiariamente, requer a Defesa o afastamento da causa de aumento prevista no parágrafo 1º do artigo 155 do CP. Em primeiro lugar, a acusação não demonstrou a prática do furto no período noturno. Conforme já destacado, a subtração ocorreu entre às 18h30, período vespertino, e 3 horas, aí sim período noturno. Em face da principiologia acima invocada e inexistindo certeza acerca do horário da subtração, a divergência deve ser dirimida do modo mais favorável ao acusado, afastando a aludida causa de aumento. Aliás, em reforço a tal argumento, ressalte-se que sequer tratava-se de residência habitada por pessoas, em que alguém pudesse de fato, repousar na mesma. Conforme afirmado pela vítima, o local dos fatos era um estabelecimento comercial. Por derradeiro, requer-se a fixação da pena no mínimo legal, com regime inicial diverso do fechado. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. JEFERSON BAPTISTA DO NASCIMENTO**, RG 32.624.658, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 155, § 1º, do Código Penal, porque no dia 16 de dezembro de 2014, por volta de 02h20, na Avenida Sallum, nº. 1434, Vila Prado, no salão de beleza “Poly Cabelo e Cia”, nesta cidade e Comarca, subtraiu, para si, durante repouso noturno, um toldo de policarbonato fumê, com estrutura branca, medindo 2,30 x 1,10, no valor aproximado de R\$ 600,00, pertencentes à vítima Poliane Cássia Tito. Apurou-se que, durante a madrugada, o denunciado visando praticar crime de furto e valendo-se da falta de vigilância, arrancou o toldo externo do salão de beleza acima descrito. Após, subtraiu o bem e se evadiu do local, consumando seu intento. Ocorre que minutos após guardas municipais que faziam patrulhamento pela Rua Coronel Leopoldo Prado avistaram o denunciado carregando o toldo pela citada via pública, motivando a abordagem e detenção dele. Recebida a denúncia (fls. 44), o réu foi citado (fls. 74/75) e respondeu a acusação através de seu defensor (fls. 77/78). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foram ouvidas a vítima e duas testemunhas de acusação, ficando prejudicado o interrogatório do acusado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação nos termos da denúncia e a Defesa requereu a absolvição por falta de provas, além de sustentar a não caracterização da majorante do repouso noturno. **É o relatório. DECIDO.** O réu foi surpreendido por guardas municipais na posse de um toldo. Alegou que tinha encontrado este objeto em um terreno. O réu foi apresentado no plantão policial onde foi feita a apreensão do toldo, já que não se sabia a quem este objeto efetivamente pertencia. Posteriormente a vítima foi identificada e ficou constatado que aquele toldo tinha sido subtraído do estabelecimento dela, onde estava instalado na parte frontal. A versão do réu é a de ter encontrado o toldo. Não se mostra verdadeira e tampouco aceitável. Como é sabido, a posse de objeto furtado inverte o ônus da prova, competindo ao acusado a comprovação do seu álibi, ou seja, de que de fato achou o bem furtado. No caso dos autos o réu foi abordado na madrugada e



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

nenhuma prova apresentou no sentido de comprovar a sua justificativa, como lhe competia. Sendo assim deve ser responsabilizado pelo furto, pois, ninguém mais a não ser ele foi o autor da subtração. No que respeita a majorante do repouso noturno, entendo que a mesma deve ser afastada. É certo que o Superior Tribunal de Justiça tem reconhecido esta causa de aumento também para estabelecimentos não habitados. Contudo, no caso dos autos existem algumas peculiaridades que levam a afastar tal majorante. O toldo estava instalado na frente do salão de beleza da vítima, que fica na própria via pública, sem necessidade de acesso. Outrossim, a única certeza que se tem é que a abordagem aconteceu de madrugada, mas o horário da subtração também é incerto, especialmente para se definir noite com o repouso noturno, pois um não se confunde com o outro. Deve, pois, ser retirado o gravame do § 1º do artigo 155 do Código Penal. Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE A DENÚNCIA, afastando-se a incidência do repouso noturno.** Passo à dosimetria da pena. Considerando as circunstâncias do ocorrido e a recuperação do bem subtraído, fixo a pena-base no mínimo, isto é, em um ano de reclusão e dez dias-multa, no valor mínimo. Presente a agravante da reincidência (fls. 101/104), imponho o acréscimo de um sexto, aqui observando que não existe atenuante em favor do réu. Considerando que a reincidência é específica (fls. 102 e 104), não é possível aplicação de pena substitutiva, tampouco a concessão do “sursis”. **CONDENO, pois, JEFERSON BAPTISTA DO NASCIMENTO à pena de 1 (um) ano e 2 (dois) meses de reclusão e 11 (onze) dias-multa, no valor mínimo, por ter transgredido o artigo 155, “caput”, do Código Penal.** Por ser reincidente iniciará o cumprimento da pena no regime semiaberto, que reputo suficiente para o caso. O réu já registra um rol de apontamentos criminais, com quatro condenações por furto (fls. 99, 101, 102 e 104), além de outras por posse de droga para uso próprio (fls. 100 e 103). Não compareceu à esta audiência. Diante dessas situações, não poderá recorrer em liberdade, justificando o seu imediato encarceramento, inclusive para evitar a reiteração criminosa e não comprometer a execução da pena imposta. Expeça-se mandado de prisão. Deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária porque são beneficiários da assistência judiciária gratuita. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. Registre-se e comunique-se. **NADA MAIS.** Eu, _____, (Cassia Maria Mozaner Romano), oficial maior, digitei e subscrevi.

M. M. JUIZ:

M.P.:

DEFENSOR: